

**Essencialmente intraduzível:**Locke e a intradutibilidade no *ensaio sobre o entendimento humano*Camila Bozzo Moreira<sup>1</sup>Este artigo está licenciado sob forma de uma licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. <https://doi.org/10.32459/2447-8717e277>**Recebido:** 06-10-2023 | **Aprovado:** 24-11-2023 | **Publicado:** 29-12-2023

**Resumo:** Embora Locke praticamente não seja um autor acessado dentro dos estudos da tradução, o estabelecimento de uma filosofia da linguagem dentro do seu *Ensaio sobre o entendimento humano* norteou – e ainda pode nortear – muitas discussões nessa disciplina, tanto no nível da prática tradutória, quanto no de uma teoria da tradução. Locke discorre discretamente sobre tradução no Livro III – das palavras; este artigo recorta, portanto, desse livro aquilo que interessa para uma reflexão dentro dos estudos da tradução, a saber, a crítica de Locke aos universais e o que entende por essências.

**Palavras-chave:** John Locke; essência; intradutibilidade; estudos da tradução.

**Abstract:** Although Locke is hardly an author explored within Translation Studies, the establishment of a philosophy of language within his *Essay Concerning Human Understanding* has guided - and still can guide - many discussions in this discipline, both at the level of translational practice and in terms of translation theory. Locke briefly discusses translation in Book III - Of Words; this article therefore excerpts from this book what is relevant for reflection within Translation Studies, namely, Locke's critique of universals and his understanding of essences.

**Keywords:** John Locke; essence; untranslatability; Translation Studies.

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras – Português/Alemão pela UFPR. Especialista em ensino de alemão pelo ZfA/Colégio Visconde de Porto Seguro. Mestre em Letras pela USP. Doutora em Letras – Estudos Literários pela UFPR.

## Apresentação

O *Ensaio sobre o entendimento humano* (1689), de Locke, é um precursor das discussões atuais dentro da filosofia da linguagem. Não que fosse sua intenção elaborar uma nova filosofia, mas sua obra abriu caminho para o surgimento de reflexões inéditas sobre a língua, e por extensão, a comunicação. Claramente este artigo não é o espaço para uma discussão minimamente aprofundada acerca dos pontos levantados por Locke em todo o *Ensaio*. Importante, porém, é destacar que a obra é um grande esforço de questionar a tradição escolástica quanto à diversos aspectos; nos interessa aqui, neste pequenino espaço, sua crítica à noção de universais e como isso afeta a discussão sobre tradução. Para tal, não podemos deixar de acessar a análise de Locke sobre a noção essência e, por consequência, sua classificação de essências. Assim, num primeiro momento, será apresentado o que Locke entende por essências e como elas são decisivas na reflexão sobre tradução. Por fim, a questão da arbitrariedade será novamente evocada para complementar a posição assumida por Locke de uma impossibilidade da tradução, essa que é uma das razões pelas quais seu pensamento influenciou largamente o século seguinte – e, por que não, ainda que indireta e sutilmente, inclusive atualmente.

## Das essências

O primeiro aspecto que é preciso levar em consideração acerca da noção de essência para Locke é a posição de ruptura com a visão aristotélica segundo a qual é sempre possível acessar a essência de um objeto por meio da definição<sup>2</sup>. John J. Jenkins (1985) explica que, segundo a teoria aristotélica, acessar a constituição interna de um objeto é semelhante a tomar

---

<sup>2</sup> Não se pretende alongar aqui nesse aspecto. Ayers (1981) apresenta uma comparação bastante cuidadosa entre a teoria ideacional de Locke e a teoria da definição real que remonta à teoria aristotélica das essências. Grosso modo, o que é relevante para a discussão é o foco nas substâncias em Aristóteles que teriam sua constituição real acessada por meio da definição. Assim, como alega Ayers “todos concordavam com o princípio aristotélico de que a substância e a essência são a mesma coisa” (AYERS:1981, p.253). Com a contestação dos universais por Hobbes e Descartes – e obviamente por Locke a partir do argumento de que a linguagem é arbitrária – colocou-se em xeque a assunção da possibilidade desse acesso à essência real dos objetos, em especial das substâncias.

Yolton (1993, pp.67-8) comenta que Locke também contesta a noção proposta por Descartes de que o pensamento seria a essência da mente ou do espírito, porque o pensamento flutua e a essência deve ser sempre constante (“se as essências são tomadas por ideias estabelecidas na mente, com nomes incorporados a elas, deveriam manter-se solidamente as mesmas, independentemente das mutações passíveis de ocorrer nas substâncias particulares” III.iii.19), do contrário a própria existência do ser seria alterada. Locke também acredita que o pensamento não é propriedade essencial da mente, pois não pensamos constantemente (o exemplo seriam os sonhos sem sonhos). Essas afirmações, segundo Yolton, foram muito radicais, assim como suas colocações acerca das substâncias que serão tratadas a seguir.

conhecimento das engrenagens internas de um relógio – mesmo exemplo selecionado por Locke para contrapor esse argumento. Nesse sentido, seria possível ordenar os objetos físicos em classes naturais, ou, como Jenkins coloca, “as classes ou grupos existem na natureza para que os observemos e, com base nela, formulemos nossos termos universais correspondentes. A constituição interna das coisas na natureza nos garante toda informação de que necessitamos” (JENKINS: 1985, p.179). Locke, contudo, defende que o acesso à verdadeira constituição das coisas e sua definição a partir disso é impossível, porque apreendemos a realidade apenas pela experiência que dela temos por meios de nossos sentidos.

Tampouco podemos organizar e agrupar as coisas, e conseqüentemente denominá-las (que é afinal a finalidade do agrupamento) por suas essências reais, porque as desconhecemos. Nossas faculdades não conseguem nos levar para além do conhecimento e da distinção das substâncias, apenas até uma coleção dessas ideias sensíveis que observamos nestas ações que, embora feita com a maior diligência e exatidão de que somos capazes, são ainda tão distantes da verdadeira constituição interna das quais essas qualidades emanam [...] (III.vi.9)<sup>3</sup>.

Ou seja, Locke não nega a existência de uma constituição real das coisas, apenas afirma não ser possível acessá-la em sua plenitude pelo fato de sermos limitados às nossas experiências. E é exatamente esse raciocínio que o exemplo dos mecanismos de um relógio ilustra:

Um relógio silencioso e um barulhento pertencem a uma única *species* para quem possui apenas um nome para eles; quem, porém, atribui “relógio” a um e “carrilhão” a outro, e a cada um ideias complexas distintas, a este eles são de *species* diferentes. Pode ser que se afirme que os mecanismos internos e a constituição são o que se difere nos dois e sobre os quais um relojoeiro conhece claramente. Ainda assim, fica claro que, para aquele, são uma *species*, pois tem à sua disposição apenas um nome para eles (III.vi.39).

Ora, se a experiência de cada um determina – e, com esse exemplo, o contexto sociocultural também – a necessidade ou não de atribuir nomes diferentes a objetos semelhantes, fica claro para Locke que não haveria “espécies naturais”, mas grupos criados pelos humanos por meio da linguagem. Assim, antes de demonstrar o que entende por essência, ele procura romper com a noção dos universais; prefere a noção de “termos gerais”. Para Locke, “as palavras convertem-se em gerais por se tornarem sinais de ideias gerais: e as

---

<sup>3</sup> Os trechos citados do *Ensaio* serão referenciados com essa marcação: o primeiro número indica o livro, o segundo indica o capítulo e o terceiro, o parágrafo. Esta e todas as traduções neste artigo foram feitas por mim, exceto aquelas cujos nomes das tradutoras e tradutores estão discriminados nas referências.

ideias se tornam gerais quando se suprime as circunstâncias de tempo e de espaço e de quaisquer outras ideias que podem determiná-las a essa ou àquela existência particular” (III.iii.6). Ou seja, pela eliminação de qualidades particulares, a mente constrói ideias mais generalizadas de um grupo mais amplo de objetos – isso com o propósito da comunicação: se tudo o que existisse tivesse um nome específico (cada exemplar de cadeira, por exemplo, recebesse um nome particular), ela não seria possível.

Locke afirma que esse procedimento ocorre desde a nossa infância (III.ii.7): observamos que nossas mães, pais, enfermeiras, professores etc. têm características comuns, além daquelas que os tornam seres particulares, e retemos apenas as características comuns de modo a abstrairmos a noção de “homem” e assim sucessivamente em diferentes contextos. Ele ressalta, portanto, que:

Tal nova ideia é criada não por alguma nova adição, mas unicamente como antes, pelo abandono da forma e de algumas outras propriedades significadas pelo nome “homem” e, mantendo somente um corpo com vida, sentidos e movimentação espontânea, compreendido sob o nome “animal”<sup>4</sup> (III.iii.8).

Assim, Locke comprova seu raciocínio de que as nomenclaturas propostas pela filosofia aristotélica não passam de um exercício de abstração, ou seja, do abandono das qualidades particulares e da retenção apenas das gerais. A crítica dele acerca dessa visão é bastante explícita neste trecho:

Concluindo: todo esse mistério de *genera* e *species*, que gera tanto ruído nas escolas e aos quais se dá, com justiça, tão pouca atenção, não passa de ideias abstratas, mais ou menos abrangentes, com nomes afixados a elas. Em tudo o que foi mencionado, isto é constante e invariável: que cada termo mais geral representa uma ideia que não é senão uma parte de qualquer uma dessas contida sob ele (III.iii.9).

As ideias abstratas, representadas por termos abstratos, são fruto, portanto, do entendimento, não existem na natureza, e são geradas por meio das operações de observação, reflexão e abstração. Assim, rejeita-se a noção de universais como Locke pontua:

A universalidade, porém, não pertence às próprias coisas, as quais são todas elas particulares em sua existência, inclusive as palavras e ideias que, em sua significação, são gerais. Por isso, quando abandonamos os particulares, os gerais que sobram são somente criaturas de nossa fabricação; sua natureza geral resume-se à capacidade que lhes é atribuída

---

<sup>4</sup> Esse exercício sugerido por Locke é o que possibilitaria chegarmos à ideia de Deus (III.vi.11), tópico de grande interesse em sua filosofia, mas que não será tratado aqui.

pelo entendimento de significar ou simbolizar diversos particulares. Pois a significação que eles possuem é apenas uma relação que, por meio da mente humana, lhes é adicionada (III.iii.11).

Todavia, esse procedimento revela uma dificuldade em se determinar a significação de um termo: ora, de que forma é possível determiná-la positivamente, ou seja, sem tomar como base os particulares que foram abandonados (ou seja, aquilo que a coisa não é)? Locke responde dizendo que “o que as palavras gerais significam é um grupo de coisas; e cada uma delas o faz sendo um sinal de uma ideia abstrata na mente.” (III.iii.12). Verifica-se se um objeto contém características que concordam com um grupo específico de coisas para que ele receba o nome daquele grupo, isto é, leva-se em conta as qualidades compartilhadas pelas coisas denominadas pelo mesmo termo. Dessa forma, descobre-se que o que faz com que ele pertença a esse grupo é o que se entende por essência, isto é, as ideias abstratas compartilhadas por um grupo de objetos:

Pois, se a posse da essência de qualquer *species* é o que faz com que qualquer coisa seja dessa *species* – e, como a conformidade à ideia à qual o nome é anexado é aquilo que dá direito àquele nome –, então a posse da essência e a posse dessa conformidade devem necessariamente ser a mesma, já que pertencer a qualquer *species* e ter o direito ao nome dessa *species* é uma coisa só. Por exemplo, ser um homem, ou da *species* homem e ter o direito ao nome “homem” é a mesma coisa (III.iii.12).

Locke usa o termo aristotélico “espécie”<sup>5</sup> mais com um fim didático do que para demonstrar sua necessidade enquanto um conceito: o objetivo é deixar claro que aquilo que os aristotélicos entendem por espécie nada mais é do que o agrupamento de coisas que compartilham qualidades em comum e recebem todas um mesmo nome geral. Assim, demonstra que, por exemplo, um ser que é incluído no grupo denominado “homem” compartilha as qualidades desse grupo, logo é também “homem”. Ser “homem” significa, por fim, ter as qualidades do grupo como essência. Vê-se que a essência é estabelecida por meio de operações mentais – não é natural – baseadas na observação, isto é, a mente nota que a natureza gera objetos semelhantes entre si e, a partir dessas semelhanças sensíveis,

---

<sup>5</sup> Yolton (1993, p.71) afirma também que, com exceção da discussão sobre a essência de “homem”, Locke emprega “espécie” sem realmente ter intenções de discutir espécies biológicas.

Nos trechos traduzidos, o termo ocorre anotado sempre como *species*, porque Locke faz questão de separar os conceitos *species* e *genus* dos conceitos que ele propõe, grupos e tipos. A nomenclatura não é aleatória, tampouco um termo pode ser tomado pelo outro; a razão disso é exatamente o esforço de Locke em propor um olhar diferente para a linguagem, de forma a olhar criticamente a discussão escolástica a esse respeito. A necessidade de uma nova nomenclatura se dá pelo questionamento daquilo a que esses termos se referem. A tradução desses trechos procurou respeitar esse movimento do próprio texto. Cf. Moreira (2017) para uma análise mais detalhada.

organiza os grupos da forma que lhe for conveniente (III.iii.13). É por isso que, para Locke, a palavra “essência” se subdivide em duas modalidades: real e nominal.

## Essência real

Locke define a essência real como aquilo de que realmente as coisas são formadas, um conjunto de qualidades cuja totalidade é inacessível aos nossos sentidos.

Em primeiro lugar, essência deve ser tomada pelo puro ser de qualquer coisa, em razão do qual ele é o que é. E, assim, a constituição interna real, porém geralmente desconhecida (em substâncias), das coisas, de que suas qualidades descobríveis dependem, pode ser chamada de sua essência. Essa é a definição original própria da palavra, como é evidente a partir de sua formação; *essentia*; em sua notação primitiva, significando, devidamente, ser. E, nesse sentido, ainda é usada quando falamos da essência de coisas particulares, sem atribuir-lhes qualquer nome (III.iii.15).

Nas ideias complexas de substâncias, por exemplo, a essência real é inacessível porque os nomes criados para elas são nomes gerais a partir das operações que a mente realiza ao observar determinadas semelhanças na natureza. Essas mesmas semelhanças seguem um crivo subjetivo, como no mesmo caso do relógio: para um camponês, basta que todos os diferentes mecanismos com os quais se depara se chamem relógio, para um relojoeiro não. O nível de abstração varia de acordo com o contexto, se ele varia, significa que não há a rigor uma demarcação natural que demonstre quando um grupo termina e quando outro começa.

Para que seja possível acessar a essência real, Locke propõe algumas condições: “em primeiro lugar, deve-se assegurar que a natureza, na produção das coisas, sempre as desenvolve de modo a fazerem parte de certas essências reguladas e estabelecidas, as quais devem ser os modelos de todas as coisas que serão produzidas” (III.vi.15). Isso sempre tendo em mente que contamos apenas com a nossa experiência sensorial para afirmarmos ou negarmos qualquer coisa. Essa afirmação acerca do *modus operandi* da natureza partirá necessariamente de uma perspectiva subjetiva, de modo que não há como garantir objetivamente a precisão do evento observado. De todos os modos, Locke prossegue com a segunda condição:

Em segundo lugar, seria necessário saber se a natureza sempre se atém à essência que desenvolve na produção das coisas. Os nascimentos monstruosos e irregulares que foram observados em diversos grupos de animais sempre nos darão razão de duvidar de uma dessas condições, ou de ambas (III.vi.16).

A inconsistência suscitada já na primeira condição é mais explicitada aqui: quais qualidades exatamente determinariam o pertencimento a esse ou àquele grupo? Quem avaliaria qual qualidade deveria ser incluída ou excluída? Os nascimentos ditos monstruosos pelo autor estariam enquadrados no mesmo grupo dos nascimentos regulares ou constituiriam um novo grupo? Saber essas respostas seria a terceira condição. “Em quarto lugar, a essência real dessas coisas que distinguimos em *species*, e assim distinguimos os nomes, deve ser conhecida, i. é, devemos ter ideia dela” (III.vi.18). Logo, porque desconhecemos essa essência – não temos ideia dela –, não somos capazes de cumprir as quatro condições anteriores.

Por fim, “em quinto lugar, a única ajuda imaginável nesse caso seria que nós deveríamos, depois de compor as ideias complexas perfeitas das propriedades das coisas que emanam de suas respectivas essências reais, distingui-las, por esse motivo, em *species*” (III.vi.19). Como não é possível, como já dito, conhecer todas as propriedades que formam essa ideia complexa, não é, portanto, possível ter certeza se a adição ou exclusão de uma qualidade gerará um novo grupo ou se afetará o grupo já existente de alguma forma.

### Essência real e tradução

A impossibilidade de acessar a essência real de um objeto, segundo a teoria de Locke, suscita uma hesitação na tradução. O simples fato de palavras que fazem parte do nosso cotidiano não poderem ter sua significação totalmente determinada gera um esforço por parte do tradutor em assimilar o recorte pressuposto daquela substância. Um exemplo disso é o caso de como a percepção das diferentes fases da água pode variar de uma cultura para outra.

Se eu fosse perguntar a qualquer um se gelo e água seriam duas *species* distintas de coisas, não duvido que receberia uma resposta afirmativa; e não se pode negar: quem diz que são duas *species* distintas está correto ao fazê-lo. Porém, se um inglês criado na Jamaica que talvez nunca tenha ouvido falar em gelo vem para a Inglaterra no inverno, verá que a água colocada em sua bacia à noite estará quase toda congelada pela manhã. Sem saber que há um nome particular para isso, deverá chamá-la de “água endurecida”; aí questiono se ela constitui numa nova *species* para ele, diferente da água (III.vi.13).

Nesse caso, o idioma base é o inglês, de modo que se um indivíduo que vive na Jamaica aprender que para o estado de “água endurecida” dá-se o nome gelo – no caso, “ice” – a

questão seria resolvida. Entretanto, a questão é mais complexa do que apresentar a uma pessoa um termo que é empregado de forma recorrente por um grupo de falantes daquela mesma língua. O que Locke deseja enfatizar é que os grupos se formam a partir da observação humana, que age de maneira claramente arbitrária, pois separa gelo de água, mas não o faz com outros objetos que teriam qualidades em comum em quantidades semelhantes a essas duas substâncias:

Creio que nesse caso poder-se-ia responder que não seria para ele [o homem jamaicano] uma nova *species*, não mais do que gelatina congelada, quando fria, é de uma *species* distinta da mesma gelatina fluida e quente; ou então ouro líquido na fornalha ser considerado de uma *species* distinta do ouro sólido nas mãos de um artífice (III.vi.13).

O que nos faz atribuir um nome diferente para os diferentes estados da água, mas manter o mesmo nome para diferentes estados de outras substâncias? Evidentemente a necessidade da comunicação tornou essa distinção necessária – assim como no caso do relojoeiro, é essencial distinguir relógio de carrilhão. A tradução, nesse sentido, seria afetada exatamente porque não se tem acesso à essência real dos objetos: não é possível ter certeza de que as mesmas qualidades foram reunidas e representadas por termos correspondentes em duas línguas diferentes, porque não é possível desde o princípio ter certeza de que entre falante e ouvinte de uma mesma língua há um compartilhamento dessas mesmas qualidades. Ora, segundo Locke:

Não podemos nunca saber qual é o número preciso de propriedades que dependem da essência real de ouro; apenas uma que seja excluída, a essência de ouro, e conseqüentemente o ouro, já não são mais identificados, a não ser que soubéssemos a própria essência real de ouro; e com isso tivéssemos determinado aquela *species*. Pela palavra “ouro” aqui, devo ser entendido como a desenvolver uma peça particular de matéria, como o último guinéu cunhado. Se ele representasse aqui, em sua significação cotidiana, a ideia complexa que eu ou qualquer outro designe “ouro”, i. é, a essência nominal de ouro, teríamos um jargão. É tão difícil demonstrar os significados mais variados e as imperfeições das palavras quando temos apenas essas mesmas palavras para fazê-lo (III.vi.19).

Um jargão é exatamente o tipo de termo empregado por um grupo específico de pessoas e cuja significação pode ser de difícil acesso. Se nem mesmo entre falantes da própria língua é possível ter a clareza da significação de um termo, o que dizer da tradução desse mesmo termo? A instabilidade na significação justificaria o fato, segundo Locke, de que a

única essência a que temos acesso é a essência nominal dos objetos, não à sua constituição real<sup>6</sup>.

## Essência nominal

Segundo Locke, a essência nominal é a reunião de qualidades feita pelo nome atribuído ao objeto observado. Por isso, às palavras é atribuído um papel tão fundamental em sua teoria, são elas as responsáveis por manterem sempre unidas as qualidades observadas pela mente humana a partir da experiência sensorial. Locke procura explicar o que entende por essência nominal, diferente da real, neste trecho em que critica novamente o emprego quase esvaziado de significado dos termos “gênero” e “espécie”:

[...] o aprendizado e a discussão das escolas se ocuparam bastante de *genus* e *species*; a palavra “essência” quase perdeu sua significação primária e, ao invés da constituição real das coisas, foi usada quase totalmente como constituição artificial de *genus* e *species*. É verdade, usualmente presume-se uma constituição real dos grupos de coisas; e não há dúvidas de que deve haver uma constituição real, da qual qualquer coleção de ideias simples coexistindo deve depender. Porém, é evidente que as coisas são ordenadas sob nomes dentro de grupos ou *species*, somente quando concordam com certas ideias abstratas, às quais anexamos aqueles nomes, a essência de cada *genus*, ou grupo, não é nada além da ideia abstrata que o nome geral, ou grupal (se me for permitido chamar assim a partir de grupo, tal como faço com geral, a partir de *genus*), representa. E isso, veremos, será o que é importado pela palavra “essência” em seu uso mais familiar (III.iii.15).

Locke não rejeita, como já dito e como se lê no trecho, a existência da essência real – ou a realidade das coisas. Para ele, porém, ela nos é inacessível porque contamos apenas com os nossos sentidos para apreender as qualidades dos objetos. Observamos que a natureza produz seres ou objetos com características semelhantes e é a partir delas que formamos os grupos – as espécies –, mas não há nada na natureza que determine que o agrupamento deva ocorrer dessa ou daquela maneira. Essas características, portanto, são as que compõem a essência nominal dos seres ou objetos – essência adquirida pelo nome atribuído, “pois é exclusivamente isso que o nome, marca do grupo, significa” (III.vi.7).

---

<sup>6</sup> Ayers (2000), quando fala sobre a teoria geral do significado, fala sobre isso: os indivíduos (sejam eles eruditos ou ignorantes) são conectados por uma rede de semelhanças cruzadas cuja distinção pode ocorrer em graus imperceptíveis, assim que gêneros e espécies seriam construtos humanos (AYERS:2000, pp.51-2). “Consequentemente, palavras não podem ser usadas, como implica a teoria aristotélica, para nomear diretamente essências específicas no mundo, e a definição de um termo não pode ser nada além do desempacotamento de uma concepção humana, uma ‘ideia abstrata’ formada com base em semelhanças observadas” (Idem, p.53).

Locke continua, “é impossível, portanto, que qualquer coisa sirva para determinar os grupos de coisas, as quais nós organizamos em nomes gerais, que não a ideia da qual o nome é designado para ser marca; que é aquilo, como já foi mostrado, que chamamos de essência nominal” (III.vi.7).

Voltando ao caso da água e do gelo, é apenas por uma imposição humana que esses dois estados da água são considerados grupos diferentes, nada na natureza determina que se faça essa separação<sup>7</sup>. Locke repete esse mesmo posicionamento mais adiante:

[...] fica claro que nossas *species* distintas são apenas ideias complexas distintas, com nomes distintos a elas anexado. É verdade que toda substância existente tem uma constituição particular da qual essas qualidades sensíveis e os poderes que nela observamos depende, a organização, porém, das coisas em *species* (que não passa do agrupamento delas em vários títulos) é feita por nós, de acordo com as ideias que nós temos delas. (III.vi.13)

E é por esse motivo que as palavras acabam sendo tão incertas em seu uso, “se fossem obra da Natureza, não poderiam ser tão variadas e diferentes nos mais variados homens” (III.vi.26) e é por esse motivo também que a significação dos termos que representam substâncias é tão incerta. Locke evoca diversos exemplos que nos colocam em situações em que não é possível chegar a um consenso, como o caso de um feto mal formado, nesse mesmo trecho – sua vida deve ou não ser poupada? Ele deve ou não ser considerado parte da espécie “homem”? Enfim, questões que ainda hoje fazem parte de debates bastante acalorados. Com isso, traz à tona a dúvida sobre o que de fato nos permite afirmar que um ser é um “homem”. Em sua opinião, Locke crê que “nenhuma das definições para a palavra ‘homem’ que possuímos, ou descrições desse tipo de animal, sejam tão perfeitas e exatas de modo a satisfazer uma pessoa inquiridora que aprecia considerar bem as coisas” (III.vi.27).

Há, contudo, que fique claro que essa dificuldade – proveniente da diferença quanto ao que é abarcado pela essência real e pela nominal – se dá especificamente no caso das substâncias. Quando Locke trata das ideias simples e dos modos – simples e mistos –, entende que as essências nominal e a real concordam e são igualmente representadas pelo

---

<sup>7</sup> Isso não implica necessariamente que a percepção, no caso entre um homem inglês e um jamaicano, seja necessariamente diferente, apenas o recorte cultural, pois, embora o idioma de ambos seja o inglês, a língua falada em cada país sofre alterações específicas. Um jamaicano, seguindo a visão de Locke, reconhece que gelo e água são elementos diferentes, porém, para ele talvez não haveria a necessidade de cunhar um novo termo para representar “gelo”, assim que referir-se a “água endurecida” talvez já bastasse para em suas situações comunicativas diversas. Umberto Eco (2007) apresenta um exemplo interessante quando discute sobre esse aspecto na tradução: os termos “nephew”, “niece” e “grandchild” do inglês recortam um contexto que em italiano é representado por um termo apenas, “nipote”, o que não significa que os italianos não compreendam que há uma diferença entre sobrinho, sobrinha e neto(a), mas que o ponto de vista assumido para fazer o recorte é diferente.

nome atribuído a elas (III.iii.18). As ideias simples se referem à realidade das coisas<sup>8</sup>, porque são as percepções provindas dos sentidos. Assim, sua apreensão e sua significação tendem a ser mais exatas, pois “elas nunca se referem a alguma outra essência, apenas àquela percepção que imediatamente significam; tal referência é causa que torna a significação dos nomes de substâncias naturalmente tão confusa e dão vazão a tantos debates” (III.ix.18). Locke ainda afirma que as palavras que representam ideias simples também são empregadas com maior precisão: “‘Branco’ e ‘doce’, ‘amarelo’ e ‘amargo’, carregam consigo um significado bastante óbvio compreendido com precisão por todos ou cuja ignorância daquele [de um falante] é facilmente notada, para assim buscar informações a respeito” (III.ix.18).

No caso dos modos simples e mistos, ambas as essências coincidem, pois é a mente humana que os cria, que seleciona o conjunto de ideias simples, ou complexas, no caso dos modos mistos, que será representado por um determinado nome:

[...] é o nome que parece preservar essas essências e provê-las de sua duração permanente. Donde a conexão entre partes soltas dessas ideias complexas feita pela mente – conexão essa que não possui nenhuma fundação particular na natureza – cessaria novamente, se não houvesse algo que de fato as mantivesse, por assim dizer, juntas e impedisse essas partes de dispersarem. Apesar de ser a mente que produz a coleção, é o nome que age como se fosse o laço que a une firmemente (III.v.10).

Ou seja, mais uma vez a necessidade da comunicação faz com que os termos sejam cunhados. Nesse caso, contudo, sem que se tome a natureza como padrão, a mente reúne as ideias simples e, “uma vez que um nome é afixado a ela, de modo que as partes dessa ideia complexa possuam uma união permanente e determinada, a essência é, por assim dizer, então estabelecida e a *species* observada, completa” (III.v.11). Locke, mais para frente, insiste nesse argumento:

[...] os nomes dos modos mistos sempre significam (quando possuem uma significação determinada) a essência real de suas *species*. Já que, pelo fato de essas ideias abstratas serem obra da mente e não se referirem a nenhuma existência real das coisas, não se supõe nenhuma outra coisa significada por esse nome, apenas essa ideia complexa que a própria mente formou, o que é tudo o que ela expressaria com aquele nome; e é disso que todas as propriedades das *species* dependem e é somente daí que todas elas brotam. Assim, neles, as essências real e nominal são a mesma (III.v.14).

---

<sup>8</sup> “A mente não tem o poder de gerar uma [ideia simples], recebe apenas o que lhe é apresentado pela existência real das coisas que operam sobre ela”. (III.v.2) Dessa forma, a tradução de palavras que representam as ideias simples não seria tão problemática, como será comentado novamente.

Essa peculiaridade dos modos mistos e simples acaba por interferir necessariamente na tradução das palavras que os representam, ainda que a complexidade seja menor do que se comparada com o caso das palavras que representam as substâncias.

### Essência nominal e tradução

As essências nominais, em todos os casos apresentados, explicitam o fato de que as ideias precederiam as palavras, afinal “ao produzir uma nova ideia complexa, produz-se também, ao atribuir-lhe um novo nome, uma nova palavra” (III.v.13). Locke ilustra esse argumento com Adão ao se deparar com a necessidade de criar um novo termo para reunir em uma só unidade as ideias às quais reuniu por meio da experiência sensorial, a saber, “kinneah” e “niouph” referentes a “ciúme” e “adultério” respectivamente (III.vi.44-51). Entretanto, a esse procedimento, Locke impõe uma condição: “o emprego dos nomes para tornar as nossas ideias, dentro de nós, conhecidas aos outros, não pode ser feito, a não ser que o mesmo sinal representasse a mesma ideia em duas pessoas que comunicariam seus pensamentos e conversariam entre si” (III.vi.45). Ora, não basta que tenhamos ideias em nossas mentes e as combinemos da maneira que desejamos, é preciso que essa união, ou seja, a coleção de ideias unidas por um nome – logo, o estabelecimento da essência nominal – passe pelo crivo do uso comum, ou seja, pelo uso social.

Percebe-se, então, o rumo para o qual Locke direciona o raciocínio: a linguagem, que é o que une a sociedade, surgiu por uma necessidade de externar aquilo que reside internamente ao falante. Essa necessidade, porém, é de ordem social e determina a natureza das ideias. Cada sociedade, portanto, colheria as ideias sensíveis de acordo com a necessidade comunicativa que é suscitada nas conversas dos membros que nela se inserem; a natureza das ideias e, por extensão, da linguagem seria socialmente determinada. Dessa forma, surgiriam termos específicos internos a cada idioma, restritos a certo grupo de falantes, além de termos gerais específicos àquele idioma como um todo, ou seja, termos específicos compartilhados por todos os falantes, não apenas um grupo.

Uma relativa proficiência em línguas diferentes facilmente deixará qualquer um satisfeito sobre a verdade disso, visto ser mais do que evidente observar um grande repertório de palavras em uma língua sem nenhuma correspondência na outra. O que mostra claramente que os habitantes de um país, por seus costumes e modos de vida, tiveram a oportunidade de produzir várias ideias complexas, e dar-lhes nomes, que outros nunca reuniram em ideias específicas. Isso não poderia ter ocorrido se essas *species* resultassem da obra permanente da natureza e não

agrupamentos produzidos e abstraídos pela mente a fim de nomear e pela conveniência da comunicação (III.v.8, grifo meu).

Como já dito acima, os agrupamentos das ideias simples – para formar qualquer tipo de ideia complexa – são de ordem humana e não natural, é evidente que cada comunidade linguística terá uma necessidade particular de comunicação<sup>9</sup>. Por isso, Locke continua,

Os termos da nossa lei, os quais não constituem sons vazios de sentido, dificilmente encontrarão palavras que lhes correspondam no espanhol ou no italiano, idiomas nada pobres; menos ainda, creio eu, alguém poderia traduzi-los nas línguas caribenhas ou de Westoe. Assim como a versura<sup>10</sup> dos romanos, ou o corbã<sup>11</sup> dos judeus não têm palavras em outras línguas que lhes correspondam; a razão para tanto se esclarece por aquilo que já foi dito. Ora, se penetrarmos um pouco mais esse assunto e compararmos com exatidão línguas diferentes, veremos que, apesar de elas possuírem palavras que nas traduções e nos dicionários devem corresponder uma à outra, no entanto, raramente encontra-se um entre dez nomes de ideias complexas, em especial de modos mistos, que represente a mesma e precisa ideia que a palavra expressa nos dicionários (III.v.8).

O fato de se abrir um dicionário para buscar a tradução de um termo que se deseja expressar em outra língua não significa que a tarefa do tradutor está completa<sup>12</sup>. A rede de significados, isto é, a coleção de ideias simples, culturalmente determinada e unida por aquele mesmo termo deve ser levada em consideração ao se traduzir. E é exatamente por isso que, para

---

<sup>9</sup> Georges Mounin (1975) relata exatamente essa problemática neste trecho: “ao falarmos em duas línguas, jamais estamos falando exatamente do mesmo mundo: daí a impossibilidade teórica de passar de uma língua para outra, quando essa passagem linguística postula uma outra passagem - na verdade inexistente - de um mundo da experiência para outro (de uma experiência de mundo para outra” (MOUNIN, 1975, p.77). Mounin discute a complexidade da estrutura do léxico nas diferentes línguas e cita alguns teóricos que defendem que as palavras formam campos conceituais que recobrem as noções apreendidas pela experiência humana, o que é basicamente o que se discute aqui (Ibidem pp.75-94). Para o autor, é relevante evocar esse problema, pois cabe à tradução manejar essas questões, já que a prática tradutória antecede “toda a teoria sobre a tradução e sobrevive a qualquer teoria que negue a possibilidade de traduzir [...]” (Idem, p.94).

<sup>10</sup> Acesso ao *proscênio*, *parte anterior do palco*, de um teatro.

<sup>11</sup> Corban ou corbã é uma palavra hebraica que se refere a sacrifício, uma oferta a Deus. Está presente na Bíblia em Marcos, 7:11, por exemplo, quando Jesus discute o valor da tradição, no caso, se refletindo no quinto mandamento de honrar pai e mãe, acudindo-os. A hipocrisia ocorria no abandono dessa prática sob a justificativa da obrigação de fazer ofertar aos sacerdotes.

<sup>12</sup> É muito interessante que há alguns parágrafos, Locke, ao refletir sobre o que seria “definição”, faz questão de distinguir o ato da tradução: “**Isso é traduzir, e não definir, quando trocamos duas palavras de mesma significação uma pela outra**, o que, quando uma é mais bem entendida que outra, pode ser útil para descobrir que ideia a desconhecida representa, mas está muito longe de uma definição, a não ser que digamos que toda palavra em inglês no dicionário seja a definição da palavra latina à qual ela responda, e que movimento é a definição de *motus*” (III.iv.9, grifo meu). Locke não é ingênuo ao falar sobre a impossibilidade de tradução. Ela acontece, e as pessoas se comunicam por meio dela – ele mesmo acompanhou a tradução do *Ensaio* para o francês –; a questão não está na prática da tradução, tampouco na teoria sobre a prática da tradução, mas no processo enquanto conceito de uma teoria da linguagem que prevê um uso particular das palavras: como já foi dito, a tradução expõe esse caráter, pois não há garantias de que os falantes têm acesso às mesmas ideias, por isso, no nível da prática, obtêm-se traduções diferentes de um mesmo texto produzidas por tradutores diferentes. Não fosse isso, não se teria, para um texto, traduções diferentes, em diferentes épocas.

Locke, o esforço acima culminará numa impossibilidade da tradução: cada grupo social é um particular, cada indivíduo é um particular, traduzir seria uma prática que iria exatamente ao encontro dessa posição, pois parte do princípio de que aquilo que é particular seria, na verdade, comum.

Não há ideias mais comuns e menos compostas que as medidas de tempo, extensão e peso; e os nomes latinos hora, pes, libra são, sem qualquer dificuldade, expressos em inglês pelos nomes hour [hora], foot [pé] e pound [libra]. Ainda assim, não há nada mais evidente do que o fato de que as ideias atribuídas por um romano a esses nomes latinos eram muito diferentes daquelas expressas em inglês por um inglês. Se qualquer um deles viesse a fazer uso das medidas que os usuários da outra língua designaram por meio de seus nomes, ele faria delas um relato totalmente distinto. Essas provas são demasiado evidentes para serem questionadas. E serão muito mais nos nomes de ideias mais abstratas e compostas, como a grande parte das ideias que compõem os discursos de moral, cujos nomes, em sua minoria, correspondem exatamente em toda a extensão de sua significação quando os homens, por curiosidade, comparam-nos com aqueles para os quais estão traduzidos em outras línguas (III.v.8).

Como se vê, o conceito de intradutibilidade em Locke não se aplica à superfície da linguagem, ou seja, o resultado final, as palavras sintaticamente concatenadas em um idioma tendo de ser vertidas em outro idioma. O problema se dá num nível mais profundo, pois evidencia um conflito no nível das ideias<sup>13</sup>, em que essas são representadas por palavras que não têm a capacidade abarcar sua essência real, apenas expressam o recorte proposto por um indivíduo em uma sociedade. Vê-se, portanto, que novamente a arbitrariedade é um fator de grande influência nesse problema.

## Da arbitrariedade e da instabilidade

Locke, além de insistir sempre no fato de que as palavras, ao representarem as ideias na mente do falante, o fazem apenas de modo imperfeito, reforça o fato de que elas, sendo um instrumento humano, não podem representar nada além daquilo que a observação permite, como se conclui a partir da noção da essência nominal. Além disso, haveria um outro problema: não só as palavras são arbitrariamente formadas para arbitrariamente

---

<sup>13</sup> Locke já havia mencionado esse problema no Livro II, quando comenta: “pois os vários modos, costumes e as várias maneiras de uma nação produzem várias combinações de ideias familiares e necessárias a si que outras pessoas nunca tiveram a oportunidade de produzir, ou talvez nem as tenham notado, logo os nomes vieram a ser anexados às ideias para evitar longas perífrases em coisas da conversação diária” (II.xxii.6, grifo meu). Os nomes, as palavras são apenas aparentemente estáveis, afinal, é somente quando investigamos as relações de significados de cada termo que nos deparamos com esse nível obscuro da linguagem. Na superfície, ou seja, numa leitura casual de um texto, essas questões dificilmente são suscitadas.

representarem (uma coleção de) ideias simples, como também seu significado se altera com as alterações da sociedade: “mudanças de costumes e de opiniões trazem consigo novas combinações de ideias, sobre as quais, com frequência, é preciso pensar e falar, assim novos nomes são anexados a elas a fim de evitar longas descrições, dessa forma tornam-se uma nova *species* de modos complexos” (II.xxii.7).

Segundo Uzgalis (2012, p.14), a tradição de uso das palavras se modifica – já que a sociedade também se modifica –, do contrário, o conhecimento e o entendimento não seriam aprimorados. Ashworth destaca ainda o interesse público dos falantes na criação e/ou modificação dos termos para suprir necessidades particulares que não corresponderão completamente à linguagem para um grupo equivalente de outra comunidade linguística (ASHWORTH, 1984, p.51).

Amândio A. Coxito, por sua vez, atribui a arbitrariedade à análise sincrônica da linguagem na teoria proposta por Locke<sup>14</sup>, ou seja, pela análise das palavras a partir de “sua função significativa” (COXITO, 1995, p.286), isto é, entendê-las na medida em que representam as ideias que a mente formula por meio da experiência sensorial na tentativa de compreender a realidade. Contudo, como a significação é convencional, não haveria uma conexão real com o objeto – como acontece com a fumaça indicando fogo, por exemplo –, logo, ela assumiria uma dimensão dinâmica:

[...] daí que a escolha conceptual que constitui os significados não seja estável nem exaustiva (não se apoia numa intuição da essência real das coisas), mas, ao contrário, varia com as necessidades de comunicação (que levam a pôr em evidência certos aspectos daquilo que se fala em vez doutros), com os hábitos linguísticos do meio cultural ou da classe social dos interlocutores etc. (COXITO, 1995, p.288).

A significação, portanto, produz-se em função da experiência dos falantes; é esta que regularia a relação entre palavra e ideia num determinado contexto. Isso fica evidente neste trecho do Livro II, do Ensaio:

[...] [os homens] produziram muito bem ideias de ações modificadas, e atribuíram nomes a essas ideias complexas que lhes facilitasse a memorização e o discurso sobre aquelas coisas com as quais estavam diariamente familiarizados, sem grandes rodeios e circunlóquios - dessa forma, as coisas sobre as quais continuamente davam e recebiam

---

<sup>14</sup> Coxito (1995, p.286) cita Aarsleff (1964, p.179), ao afirmar que Locke opta por uma análise sincrônica da linguagem, já que seu foco é a função significativa das palavras, diferente, por exemplo, de Leibniz, autor de interesse no artigo de Aarsleff por conta da influência que sofreu de Locke, pelo menos nas questões que concernem à linguagem. Leibniz teria optado por uma análise diacrônica, já que valoriza a investigação filológica. Segundo Aarsleff, essa seria uma diferença fundamental entre as teorias desses dois autores.

informações poderiam ser mais fácil e rapidamente entendidas. O fato de isso ocorrer como descrito e de os homens, ao estruturarem diferentes ideias complexas e atribuir-lhes nomes, serem rigidos em grande parte pelo propósito geral do discurso (que é uma forma bastante curta e rápida de transmissão de seus pensamentos para outro) fica evidente nos nomes que foram descobertos em várias artes e aplicados a várias ideias complexas de ações modificadas que pertencem aos seus comércios variados, com o propósito da emissão em seus direcionamentos ou em suas conversas sobre elas. Tais ideias não são geralmente formuladas nas mentes de homens que não estão familiarizados em essas operações. E, portanto, as palavras que as representam não são entendidas pela maioria dos homens falantes da mesma língua (II.xxii.7).

As diferentes comunidades linguísticas, como bem aponta Locke, ocorrem também numa mesma língua, de modo que haveria – como acontece em várias situações de tradução – uma necessidade primária de uma tradução intralinguística, valendo-se de termos sinônimos, paráfrases etc. para, no nível seguinte, se concretizar a tradução interlinguística que nem sempre encontra o mesmo tipo de observação para uma mesma experiência.

Em outro momento, Locke explicita uma visão dinâmica da linguagem<sup>15</sup>, quando afirma que os nomes que temos são todos originados das nossas experiências sensíveis – “Espírito, em sua significação primária, é sopro; anjo, um mensageiro” (III.i.5) –, mas cuja significação original sofreu uma alteração com o passar do tempo. Assim, precisar a significação de uma palavra, ou seja, decompor a essência nominal dos termos para que se encontre um correspondente na língua traduzida que também contenha uma essência semelhante, é uma tarefa com mais um complicador.

## **Ideias e palavras, uma relação nada simples**

Ashworth (1984) aponta algumas fragilidades quando reflete sobre os mecanismos que garantiriam sucesso na atribuição de nomes às ideias categorizadas por Locke, a iniciar pelos modos mistos. Segundo a autora, os modos mistos seriam “arquétipos sem padrão”, porque não teriam um modelo na natureza, e também só o seriam graças ao nome que une arbitrariamente as ideias selecionadas para significá-lo: “nós inventamos as noções e no caso de haver algum prejuízo na correlação, cabe ao mundo conformar às nossas definições muito

---

<sup>15</sup> Coxito comenta que essa concepção dinâmica “recusa que as palavras sejam a simples tradução verbal de significações estabelecidas. Foi esse o ensinamento que a filosofia das Luzes recebeu de Locke” (COXITO, 1995, p. 292). Essa afirmação implica na assunção do caráter subjetivo incidindo na comunicação e é esse aspecto, grosso modo, que encontra grande vazão nos Estudos da Tradução atuais, vide Venutti (1995), por exemplo.

mais do que o oposto. Nossas ideias não podem evitar essa conformidade à realidade, já que a única realidade é aquela tal qual determinamos” (ASHWORTH:1984, p.65).

Porque somos nós inventamos as noções, não há padrões na natureza. Não havendo um padrão na natureza não haveria nada em que poderíamos nos basear para confirmar a atribuição do nome à mesma ideia. Ora, se não há um padrão externo, na natureza, como garantir que acessamos as mesmas ideias? Como garantir que expressamos as mesmas ideias, na mesma língua, em línguas diferentes?<sup>16</sup>

Isso tudo nos faz refletir também sobre como garantir que as ideias simples que compõem os modos mistos sejam apreendidas igualmente pelos falantes de uma língua, já que é o conjunto delas que proverá os modos de um significado. Segundo Locke, nosso acesso a elas se dá pelos nossos sentidos, logo, a significação dos nomes das ideias simples seriam verificados ao expor os falantes às mesmas experiências que suscitariam as mesmas sensações nessas pessoas. Entretanto, como bem pontua Ashworth, “nós nunca seremos capazes de saber se esse é o caso, já que não podemos entrar na mente de outra pessoa” e, por isso não é possível garantir “que a ideia dela será similar à minha em seu conteúdo sensorial” (ASHWORTH, 1984, p.68). Ela complementa seu raciocínio ao comentar que, para isso, Locke teria duas respostas:

Em primeiro lugar, se as ideias simples são concebidas como “Marcas de Distinção”<sup>17</sup>, e os outros fazem as mesmas distinções que nós, podemos afirmar que as nossas ideias se conformam, sim, às ideias simples deles com base na tese de critério público. Em segundo lugar, se quisermos saber se nossas ideias são qualitativamente similares às deles, a resposta seguiria: “talvez não, mas também não importa” (ASHWORTH, 1984, pp.67-8).

Os nomes das substâncias também não escapam ao questionamento, especialmente pelo fato de sua essência real não ser apreensível em sua completude, como já foi explicado. Ashworth lembra que de modo algum conseguimos obter classificações definitivas porque as nossas

---

<sup>16</sup> Ashworth critica concretamente a teoria da retificação de Locke, que grosso modo, salvaguardaria uma relação mais eficiente ideias-palavras, mas não nos dedicaremos a ela aqui mais detalhes do que os que o espaço do artigo permitiu.

<sup>17</sup> “Pois Deus, em sua sabedoria, determinou-as [as ideias simples] como marcas de distinção nas coisas. É por meio delas que somos capazes de discernir uma coisa da outra e, assim, escolhe uma delas para nosso uso quando for o caso. A natureza das nossas ideias simples não se altera se pensamos que a ideia de azul encontrasse na própria violeta ou apenas em nossa mente e somente o poder de produzi-lo por meio da textura das partes dessa flor, ao refletir as partículas de luz segundo certo método é o que se verifica mesmo na violeta. Essa textura no objeto, segundo uma operação regular e constante que produz a mesma ideia de azul em nós é-nos útil para distinguirmos, por meio da visão, essa coisa de qualquer outra, seja essa marca distintiva, tal como ocorre na violeta, apenas uma textura peculiar das partes ou ainda aquela cor específica cuja ideia (que está em nós) é a representação exata” (II.xxxii.14).

definições não são capazes de captar as distinções reais entre as coisas, o que se torna mais evidente no caso das substâncias.

É por isso que Locke enfatiza continuamente que as nossas definições de termos de substâncias resultam nas essências nominais e não nas essências reais, seja no sentido escolástico, seja no de Locke. Descrever uma essência nominal é simplesmente descrever como escolhemos empregar uma palavra; expor essas marcas que escolhemos que seriam as marcas de um homem ou de um pedaço de ouro (ASHWORTH,1984, p.69).

Novamente, a concatenação de sons articulados em palavras é arbitrária, assim como a relação entre palavra e ideia o é. A tradução, portanto, se torna instável, ou seja, há vários resultados possíveis para um mesmo texto de partida, como se refletiu acima, graças a esse caráter convencional da linguagem. Percebe-se que nesse aspecto, tradução e comunicação aproximam-se; se esta é de difícil determinação, se lhe falta clareza ou certeza nas ideias que são veiculadas, a tradução necessariamente sofrerá do mesmo mal. E isso nos leva ao próximo complicador: o mal uso das palavras.

## **Das imperfeições e dos abusos das palavras**

Paul Guyer (1994) comenta o desejo de Locke em buscar clareza na linguagem, pois a obscuridade do discurso é uma fonte frequente, ainda que evitável, de confusão teórica. Isso já estaria colocado desde a Epístola ao Leitor, onde se lê:

Violar o santuário de presunção e ignorância, já é, acredito, de alguma serventia ao entendimento humano; haja vista que muito poucos são os que pensam que tendem a enganar ou ser enganados no uso das palavras, ou que a linguagem da seita que integram contenha deficiências que deva ser examinada ou corrigida. Espero ser perdoado se me detive extensivamente nesse assunto no Terceiro Livro, e me empenhei em fazê-lo tão integralmente que nem a persistência do dano tampouco a prevalência do costume sejam usadas como desculpas por aqueles que não tomam cuidado com o significado de suas próprias palavras, e não toleram uma investigação da significação de suas expressões (LOCKE,1979, p.10).

Entretanto, muito mais do que um simples mau uso, Locke veria como inerente à linguagem a possibilidade de gerar confusão. Por isso, busca formas de remediar esses problemas. Nesse sentido, Guyer afirma que “a discussão teórica de Locke sobre a natureza e a categorização da linguagem e a sua discussão sobre a imperfeição da linguagem e os seus remédios não são dois temas separados, mas partes de um único argumento” (GUYER, 1994,

p.116). A estratégia de Locke seria, portanto, expor a falsa visão a respeito da linguagem, especialmente no que concerne à categorização das ideias, mostrando que uma verdadeira visão dela revelaria “deficiências inerentes no ideal de comunicação perfeita” (GUYER,1994, p.116).

Locke dedica um capítulo inteiro do livro III à discussão de como, para além da imperfeição natural das palavras, à qual outro capítulo é reservado integralmente, o verdadeiro conhecimento é impossibilitado pelo uso inadequado das palavras. Ora, se o falante não cuida para que seu discurso seja preciso, suas ideias não serão adequadamente veiculadas, por extensão, a comunicação/tradução seria inviabilizada. Segundo o autor, “o principal propósito da linguagem na comunicação é ser entendido, as palavras, porém, não servem para esse fim, nem no discurso civil tampouco no filosófico, se nenhuma delas incita no ouvinte a mesma ideia que representa na mente do falante” (III.ix.4). Mais do que um problema nas palavras, cuja significação é arbitrariamente imposta, haveria uma imperfeição nas ideias que não são claras na mente do falante.

Assim, Locke enumera algumas questões que inviabilizariam a transmissão adequada do pensamento quando das palavras que representam ideias complexas – modos mistos e substâncias –:

Em primeiro lugar, as ideias as quais as palavras representam são muito complexas e formadas a partir de um grande número de ideias reunidas.

Em segundo lugar, é fato que as ideias as quais elas representam não possuem uma conexão determinada na natureza e, portanto, nenhum padrão pré-determinado em qualquer lugar existente na natureza para que se retifiquem e se ajustem a partir dele.

Em terceiro lugar, há casos em que a significação da palavra é referida a um padrão, porém esse padrão é de difícil conhecimento.

Em quarto lugar, é fato que a significação da palavra e a essência real da coisa não são exatamente os mesmos (III.ix.5).

Já no caso das palavras que representam as ideias simples, a imperfeição ocorre quando “um homem não tem os órgãos ou as faculdades para apreendê-las – como o caso das cores para um cego, ou sons para um surdo”, ou seja, o problema está muito mais no indivíduo que carece das condições básicas para apreender a ideia simples do que da própria ideia e, por isso, as dificuldades relativas a essas ideias “não precisam ser mencionadas” (III.ix.5). Desse modo, estas estariam menos propensas ao mau uso e não são o foco principal dos questionamentos<sup>18</sup>, logo, a tradução desses termos constituiria uma exceção à

---

<sup>18</sup> “as ideias que eles [os nomes] representam, porque são cada uma apenas uma percepção, são muito mais facilmente adquiridas e apreendidas de forma muito mais exata que as mais complexas e, portanto, não são suscetíveis à incerteza que normalmente acomete esses compostos das substâncias e modos mistos, nos quais

teoria proposta por Locke. O mesmo raciocínio se aplica às palavras que representam ideias de modos simples:

[...] os nomes dos modos simples estão próximos àqueles das ideias simples, menos suscetíveis a dúvida e incerteza; especialmente aqueles de figura e número, sobre os quais os homens têm ideias bastante claras e distintas. Quem é que, em posse da capacidade de entendê-los, alguma vez confundiu o significado de sete ou de triângulo? Num geral, as classes com ideias menos compostas têm nomes menos duvidosos (III.ix.19).

Locke não gasta muito tempo refletindo sobre ideias simples e modos simples, pois, como comenta acima, dificilmente são elas causadoras de problemas na comunicação/tradução, pois sua verificação é mais acertada do que a de ideias mais complexas. Ele, contudo, adverte para o fato de que, embora a linguagem tenha um caráter público, este não é basta para evitar falhas na comunicação:

O emprego cotidiano regula muito bem o significado das palavras para a conversa cotidiana, porém, porque ninguém tem autoridade de estabelecer a significação precisa das palavras ou de determinar a quais ideias elas devem ser anexadas, o emprego cotidiano não basta para ajustá-las aos discursos filosóficos (III.ix.8).

Ou seja, o caráter privado se sobrepõe a qualquer tentativa pública de determinar uma significação e isso fica explícito no âmbito das discussões filosóficas: as palavras podem ser empregadas indistintamente por diferentes falantes, entretanto, “a ideia complexa coletiva que cada um crê, ou pressupõe, por esses nomes aparentemente é muito diferente entre homens usando o mesmo idioma” (III.ix.8)<sup>19</sup>. Não somente para indivíduos de um mesmo idioma, mas também, e especialmente, para línguas e épocas diferentes:

Tenho certeza de que a significação das palavras em todas as línguas traz inevitavelmente uma grande carga de incerteza aos homens que falam a mesma língua num mesmo país, pois dependem muito de seus pensamentos, suas noções e ideias daquele que as emprega. Isso fica tão evidente nos autores gregos que quem for atrás de seus escritos encontrará

---

o número preciso de ideias simples que os constitui não encontram uma concordância fácil nem prontamente retidas na mente. Em segundo lugar, elas nunca se referem a alguma outra essência, apenas àquela percepção que imediatamente significam; tal referência é causa que torna a significação dos nomes de substâncias naturalmente tão confusa e dão vazão a tantos debates.” (III.ix.18).

<sup>19</sup> Em III.ix,16, Locke cita uma situação em que debatia com colegas também médicos e reparou que a discussão não envolvia diferentes pontos de vista sobre o assunto, mas uma interpretação diferente para o termo “fluido”. Daí conclui que, para as conversas cotidianas, as palavras, caso mal empregadas não afetam tão gravemente a comunicação. Diferente é o caso do debate filosófico, por isso a necessidade de se atentar ao emprego que se faz dos termos - disso surgem os remédios listados no capítulo XI do Livro III.

em quase todos eles linguagens diferentes, apesar do emprego das mesmas palavras (III.ix.22).

A dimensão dinâmica da linguagem, citada acima, também é um aspecto que a torna imperfeita. E não só isso, Locke admite que o caráter subjetivo também contribui para que se entenda com precisão o que foi pretendido por determinado discurso, ainda mais se este está temporalmente distante:

[...] quando dessa dificuldade natural em todos os países, crescem-se ainda os diferentes países e as épocas remotas: os falantes e autores tinham noções, temperamentos, costumes, ornamentos, figuras de linguagem etc. muito diferentes, cada um dos quais influenciou a significação de suas palavras, apesar de agora nos serem desconhecidas e terem se perdido (III.ix.22).

Logo, Locke sugere que se compartilhe as interpretações individuais, para que se possa aproximar com maior segurança àquilo pretendido pelo texto, especialmente se este for de temática moral ou religiosa. Tomando esses cuidados e seguindo esses procedimentos, o que resta são situações em que há o verdadeiro abuso das palavras. De um modo geral, são estes os abusos:

I. “o emprego das palavras sem ideias distintas e claras, ou, o que é pior, sem que nada seja significado” (III.x.2). Isso faz com que as escolas ensinem sons vazios, porque ou as ideias foram anexadas sem cuidado ou não houve de fato qualquer coleção de ideias anexada à palavra<sup>20</sup>;

II. “a inconstância de seu emprego” (III.x.5). Ou seja, ora empregar uma palavra com um significado, ora com outro, um absurdo, em mais um comentário mordaz de Locke: “o ato intencional [usar as palavras conscientemente] só pode ser imputado a nada além de uma grande burrice ou desonestidade maior ainda” (III.x.5)<sup>21</sup>;

---

<sup>20</sup> Locke é irônico em sua crítica: “Se o leitor deseja estar melhor equipado, os grandes mestres primorosos desses tipos de termos, a saber, os Escolásticos e Metafísicos (dentro dos quais creio serem abrangidos os filósofos que debatem a natureza e a moral dessas últimas eras), serão de muita valia para uma ilustração” (III.x.2).

<sup>21</sup> Locke insiste na grande desonestidade desse ato: “a cifra 3 representa às vezes três, às vezes quatro, e, às vezes ainda, oito, tal como procede em seus discursos ou em suas reflexões, em que a mesma palavra representa diferentes coleções de ideias simples. Se é assim quando estão em seu juízo, pergunto-me quem os contestaria? Alguém que discorresse sobre as relações e os negócios do mundo e entendesse 8 às vezes por sete e às vezes nove, seguindo o que lhe for mais vantajoso, teria assumido um dos dois nomes que enojam as pessoas. E ainda, em discussões e atestações de aprendizado, o mesmo tipo de procedimento é empregado comumente como forma de raciocínio e aprendizado. Para mim, entretanto, soa como uma desonestidade muito maior do que um erro no cálculo da dívida de um devedor; e a trapaça muito maior, porque a verdade tem muito mais valor e importância do que qualquer quantia de dinheiro” (III.x.5).

III. “uma obscuridade afetada, seja empregando palavras antigas com significações novas ou incomuns, seja introduzindo termos novos e ambíguos, sem defini-los; ou ainda unindo-as e tal forma de modo a confundir seu significado cotidiano” (III.x.6). Segundo Locke, esse abuso se dá entre aqueles que pretendem impressionar seus ouvintes por meio de um discurso difícil, como se isso representasse sabedoria<sup>22</sup>;

IV. “tomá-las pelas coisas” (III.x.14), especialmente no caso das substâncias. A crítica ainda é direcionada aos peripatéticos que creem em que a constituição interna destas é acessível, ainda que Locke identifique esse problema em outras vertentes<sup>23</sup>;

V. “colocá-las no lugar de coisas que elas de modo algum significam, ou absolutamente não podem fazê-lo” (III.x.17), novamente, em especial no caso das substâncias. Por que não se conhece a essência real delas, sua significação é imprecisa, de modo que muitas vezes se toma uma qualidade que não lhe é essencial como se o fosse. Novamente aqui, o objetivo claro de Locke é criticar as filosofias praticadas até então que pressupõe haver um padrão na natureza que delimita as espécies<sup>24</sup>;

VI. “Ao agir partindo do pressuposto de que as palavras que empregamos possuem uma significação certa e evidente, a qual obviamente será entendida por outros” (III.x.22). Esse não seria um abuso tão grave quanto os outros, mas impede o verdadeiro conhecimento, porque se pressupõe ideias na mente do ouvinte que não necessariamente estão lá, o que acaba gerando conflitos desnecessários.

---

<sup>22</sup> A culpa, segundo Locke, desse abuso recai especialmente sobre os seguidores da filosofia peripatética. Sua acidez é grande: “Vemos que outros homens sábios e bem intencionados, cuja educação e cujas doutrinas não incorporam essa “agudeza”, conseguiram expressar-se de forma inteligível; e em seu emprego pleno das palavras beneficiaram a linguagem. Entretanto, embora homens incultos entendessem bem o suficiente as palavras “branco” e “preto” etc. e tivessem noções constantes quanto às ideias significadas por essas palavras, houve filósofos que tiveram educação e sutileza o bastante para provar que a neve era preta, ou seja, para provar que branco era preto. Por meio disso, tiveram a oportunidade de destruir os instrumentos e meios do discurso, da conversação, da instrução e da sociedade, ao passo que em posse de grande arte e sutileza não fizeram mais do que desorientar e confundir a significação das palavras e assim tornar a linguagem mais inútil do que os defeitos reais dela foi um presente que os iletrados não guardaram para si” (III.x.10). Esse abuso é talvez um dos mais graves para o autor, porque é disseminado entre os acadêmicos.

<sup>23</sup> “Quem, daqueles criados na filosofia peripatética, não crê que os “Dez Nomes”, sob os quais seguem hierarquizadas as “Dez Categorias”, correspondem em sua totalidade à natureza das coisas? Quem dessa Escola não foi persuadido de que as formas substanciais, almas vegetativas, repúdio ao vácuo, species intencionais etc. seriam algo real? [...] Os platônicos se valem da “alma do mundo” e os epicuristas de seu “dever para com o movimento” em seus átomos em repouso. Quase não se encontra uma vertente filosófica que não criou sua própria coleção de termos distintos que não são compreendidos” (III.x.14).

<sup>24</sup> “por que não teria Platão feito a palavra *anthropos*, ou “homem”, representar sua ideia complexa, formada pela ideia de um corpo, distinto de outros por um formato específico e outras aparências externas, assim como Aristóteles faz com a ideia complexa, à qual atribuiu o nome *anthropos*, ou “homem”, de corpo e faculdade de raciocínio unidas? Ou será que se pressupunha que o nome *anthropos*, ou “homem”, representasse algo diferente daquilo que de fato significa e substituiu alguma outra coisa além da ideia que um homem diria expressar com ela?” (III.x.17).

Locke retoma tudo o que disse de modo a resumir seu argumento (III.x.31) de que se fala sons vazios quando não se toma o cuidado necessário ao anexar as palavras às ideias que se tem na mente para o fim da comunicação, pior ainda é fazê-lo intencionalmente como crítica de modo incisivo. Esses abusos tornam uma tradução instável, pois não é possível acessar o conteúdo significativo de forma clara e adequada, nesse caso, porque haveria um falante na língua de partida mal-intencionado, no sentido colocado por Locke.

Percebe-se que a incapacidade das palavras em representar as ideias na nossa mente soma-se à impossibilidade de garantir que as ideias são as mesmas entre dois falantes distintos. A isso acresce a incapacidade de alguns falantes em anexar adequadamente as palavras de sua língua às ideias que têm em sua mente, de modo a expressarem-se de forma inadequada, e a má intenção de outros falantes que desejam apenas impressionar o ouvinte com um discurso vazio e empregam palavras sem o uso previsto para ela. Afirmar que a tradução é impossível, ou, em outras palavras, que a intradutibilidade é um argumento dentro da teoria de Locke significa expor todos esses problemas de ordem teórica e não prática. O objetivo de Locke com o Ensaio é, entre outros, colocar em xeque a teoria aristotélica que resumiria as práticas de investigação filosófica condenadas pelo autor; a intradutibilidade carrega consigo a imponência, a dramaticidade e assertividade de que Locke necessita para introduzir sua teoria da linguagem. Assim, metaforicamente falando, negar a possibilidade da tradução permitiu-lhe propor um novo olhar para linguagem.

## Referências

- AARSLEFF, Hans. “Leibniz on Locke on Language”. In: **American Philosophical Quarterly**, v. 1, n. 3: 1964. (pp. 165-188).
- ASHWORTH, E. Jennifer. “Locke on Language”. In: **Canadian Journal of Philosophy**. v.14, n.1, mar., 1984. (pp. 45-73).
- AYERS, Michael R. “Locke Versus Aristotle on Natural Kinds”. In: **The Journal of Philosophy**, v. 78, n. 5: 1981. (pp. 247-272).
- AYERS, Michael R. **Locke: ideias e coisas**. (Col. Grandes Filósofos) São Paulo: Editora Unesp, 2000. (Trad. José Oscar de Almeida)
- COXITO, Amândio. “Luis A. Vernei e John Locke: Linguagem e Comunicação”. In: **Revista Filosófica de Coimbra**, n. 8, 1995 (pp. 283-312).
- ECO, Umberto. **Quase a mesma coisa**. Rio de Janeiro: Record, 2007. (trad. Eliana Aguiar)

- GUYER, Paul. “Locke’s philosophy of language”. In: CHAPPELL, V. (org.) **The Cambridge Companion to Locke**. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1994. (pp. 115 – 145)
- JENKINS, Jay. **Understanding Locke**. Edinburgh: Edinburgh University Press: 1985.
- LOCKE, John. **An Essay concerning the human knowledge**. Oxford: Clarendon Press, Oxford University Press, 1979.
- LOCKE, John. **Draft A do Ensaio sobre o entendimento humano**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013. (Trad. João Paulo Pimenta)
- MOREIRA, Camila B. **Sobre o conceito de intradutibilidade na teoria da linguagem presente no Ensaio sobre o entendimento humano, de John Locke** (Dissertação), USP (Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Lindo), São Paulo, 2017.
- MOUNIN, Georges. **Os problemas teóricos da tradução**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975 (trad. Heloysa de Lima Dantas).
- UZGALIS, William. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy’s entry on Locke**, 2012. (Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/locke/>>, último acesso: 17/12/2023)
- VENUTI, Lawrence. **The Translator’s Invisibility. A History of Translation**. Routledge: London, 1995.
- YOLTON, John. W. **A Locke Dictionary**. Oxford & Cambridge: Blackwell Publishers, 1993.